

SUC. BELO HORIZONTE

Índios, os escravos sem Abolição

Severino Barbosa

"Tragam-me esses dois índios assassinos", gritou o capitão-mor Pero de Góis, em cumprimento à ordem do governador Thomé de Souza, que mandara justicar os selvagens. Acusavam-nos de matar quatro colonos, que os teriam agredido dias atrás. Trazidos os índios à sua presença, ordenou Pero Góis que os amarrassem, cada um, a boca de um canhão. E em seguida deu ordem de fogo. Com o disparo, foram jogados a grandes distâncias os restos dilacerados dos dois infelizes. Isto era comum em 1550, há quatro séculos.

De lá até cá? Nos tempos presentes, bugreiros, gribeiros e posseiros substituem na luta contra o índio, o capitão do mato e o bandeirante dos tempos coloniais. E a sanha do conquistador continua mais feroz do que nunca pela posse da terra. Aliam-se ao inimigo, a doença e a fome. E o fantasma da extinção pesa sobre os remanescentes Xavantes, Kaiapós, Zorós, Potiguaras, Trukahs, Guaranis, Calcanques, Fulniós, ou Pankarus. Martiriza-os o escravismo mais desbragado e cruel. E daquela raça altaneira, pujante e garrida, que viveu nos romances de José de Alencar e nos poemas de Gonçalves Dias, quase nada existe. Para esses descendentes de cinco milhões, hoje contados em milhares, ainda não raiou a Abolição.

Quando em abril de 1500, o almirante Pedro Álvares Cabral avistou as primeiras terras do Brasil, a escravidão indígena, segundo alguns, já era um negócio rendoso nesta parte do mundo, apontando-se o nome do aventureiro João Ramalho como o nosso mais antigo traficante de escravos. Quem assim afirma é frei Gaspar da Madre de Deus, em sua **Notícia dos Anos em que se Descobriu o Brasil**, baseado em testamento de João Ramalho, que o dá como tendo chegado ao Brasil dez anos antes de Cabral.

Se estudiosos ilustres como José Bonifácio de Andrada e Silva, Pedro Calmon ou Hélio Viana duvidam dessa antecipação de João Ramalho, documentos incontestáveis comprovam a existência, já em 1510, de comércio escravo no Brasil, com exportação de índios cativos para a Corte, citando-se o nome de d. Nuno Manoel, Francisco de Chaves e do próprio João Ramalho, entre outros, como de negociantes do "próspero ofício".

O porto mais procurado para esse comércio era o das proximidades de São Vicente, onde residia João Ramalho e que era conhecido como "Porto dos Escravos". Ali ancoravam os navios de Diego Garcia, que em maio de 1530 trocava com o velho patriarca, anzóis, linhas de pescar, facas e pedaços de ferro, por 60 índios cativos; e navios espanhóis de Rodrigo de Acuña e Sebastião Caboto, que também vinham à cata de escravos.

Mas se o Reino desfrutava há tanto tempo dos lucros do comércio escravo, faltava-lhe a sanção legal. Esta veio em 1533, com a chegada ao Brasil de Martin Afonso de Souza, enviado do rei, tendo sido Pero de Góis o primeiro beneficiado, com a Carta de Sesmaria a ele passada e que lhe permitia o tráfico de escravos: "E por esta dou licença a Pero de Góis que possa mandar nos próprios navios que a este porto vierem".

Com a extinção do Governo das Capitanias e a vinda do primeiro governador geral, Thomé de Souza, em 1549, tem começo uma forte campanha de proteção aos índios, estimulada com a chegada dos primeiros jesuítas que pisam em solo brasileiro, chefiados por Manoel da Nóbrega. Mas isto não impede o sórdido comércio. Até que em março de 1570 proíbe El-Rei o cativo de índios, "exceto no caso de guerra justa". Mas foi a pretexto dessa guerra justa que desabou sobre os índios a mais cruel das represões.

Em Pernambuco, o donatário Duarte Coelho (1535-1564), que também recebera de d. João III os mesmos poderes conferidos a outros capitães-generais deles se utilizou tão logo se apresentou a odiação. E esta veio quando alguns índios Caetés devoraram o bispo D. Pero Fernandes Sardinha, nas costas de Alagóas. Este bispo, pela sua conduta intolerante, não era bem visto em Pernambuco, tornando-se odiado por todos, inclusive pelos nobres, sendo por isso chamado de volta a Portugal. O que não impediu que Duarte Coelho determinasse o castigo de seus matadores. Não satisfeito, determina também o cativo de toda a nação Caeté.

Para o colonizador português dos séculos XVI e XVII, não havia de condenável ou inofensivo em "garantir" sua sobrevivência e prosperidade escravizando índios. Capturar

índios e vendê-los, dava dinheiro. Não lhe importava a lei. E as leis foram muitas. De 1543, de 1566, de 1587, de 1595, de 1609, de 1611, assinadas pelo rei, algumas até ameaçando de morte os escravizadores. Mas todas elas foram desrespeitadas.

Além de desrespeitar a lei, exageravam-se em audácia os traficantes de escravos. E se um Pero de Góis, no próprio navio d'El Rey, mandava ao reino 17 índios escravos, "dos mais bem lustrosos e sadios", como "presente" para sua Majestade, Gonçalo da Costa, então na Espanha cobrava da rainha Isabel o pagamento dos 50 escravos índios que vendera às armadas de Sebastião Caboto e Diogo Garcia, no Porto de Tumiarú.

No planalto paulista organizam-se empresas e verdadeiros exércitos, até de 3.000 homens, fortemente armados, para a caça aos índios. São os bandeirantes, tão ambiciosos quanto cruéis, que no retorno das selvas trazem bugres de todos os tipos: Tamoiós, Carijós, Tupiás, Tememinós, Caiapós, Bilreiros, Patos, Tapes, Biopebas, Miramonis e outros.

Francisco Pedroso Xavier, depois de uma batida na Serra de Maracaju, volta a São Paulo trazendo 4.000 índios. Fernão Dias Pais, da Serra de Apicaraná traz 5.000, uma tribo inteira. E Raposo Tavares a todos supera, trazendo 20.000. Entre 1614 e 1639, sem contar os mortos, o número de escravos foi a 300 mil.

EM NOME DA FÉ

Não era somente de homens de quilate de Manoel da Nóbrega, Antônio Vieira ou José de Anchieta que se formava a Companhia de Jesus, destinada à catequização dos índios; outros existiram, tão canalhas ou gananciosos quanto o colonizador branco, que visavam apenas os lucros do "negócio". Tanto que em 1759, quando o marquês de Pombal conseguiu daqui expulsar os jesuítas, foram encontrados em seus domínios, que eram as Missões, mais de 100.000 escravos índios, por eles utilizados na indústria de açúcar, ou no seu rendoso comércio de cereais e Pau-Brasil. Somente num auto de apreensão da Fazenda Santa Cruz foram arrolados 1.025 escravos.

Ainda em 1797, segundo informa Cassiano Ricardo em sua **Marcha para o Oeste**, as Ordens de São Bento, do Carmo e de São Francisco possuíam 638 escravos, enquanto nas fazendas dos ex-jesuítas havia 389 escravos. Afirma João Lúcio Azevedo que, "No Convento do Desterro, na Bahia, para 74 freiras, havia 400 escravos; nada menos de 1.200 outros, só numa fazenda de padres. E isto os tornava tão ricos quanto os nobres".

Tal procedimento, visando apenas o bem material dos religiosos, fazia-os descurar dos benefícios da fé. Como falou Cassiano Ricardo: "Se havia um Vieira para estranhar a escravidão do corpo, havia muito padre que não convertia o índio pela alma, mas pervertia-o; fazia mais do que escravizá-lo, porque lhe tirava a personalidade e o anulava".

Havia também o caso de "padre dando surra em índio", como o de "índio comendo padre vivo em seus tribos de carne humana e cauíni". E mesmo, já catequizado pelo branco, havia muito índio que não queria saber de padre. "Se de um lado, a igreja condenava a cultura dos índios, seus costumes, suas crenças, do outro, o índio se recusava à submissão e a uma vida de trabalho sem recompensa, de rezas, e de castigos".

Embora defenda, na **Colonização**, o papel "heróico" da Igreja, Gilberto Freyre não nega a "influência deletéria" dos maus religiosos, aqueles que, iguais aos colonos, "só enxergavam no índio a fêmea voluptuosa a empreñar, ou o escravo indolente a subjugar e explorar na lavoura".

A **MORTE DA RAÇA** "O homem indígena quase que só encontrou senhores de engenho para os fazer trabalhar na lavoura da cana, e padres para os obrigarem a aprender a contar, a ler e a escrever; mais tarde a moquejar nas plantações de mate e de cacau. Qualquer dessas atividades impostas ao índio cativo, vinha torcer-lhe ou desviar-lhe a energia, em direções as mais repugnantes à sua mentalidade de primitivo; obrigando-os a uma se-



O quadro de Debret ilustra a situação dos índios: caçados como animais na floresta



De novo, Debret mostrando a maneira desumana como os índios eram tratados

dentariedade letal para homens tão andejos; segregando-os; e sujeitando-os às condições deletérias de sedentariedade, a eles selvagens, arrancados ainda tão crus da floresta e ávidos de liberdade", diz Gilberto Freyre. Como argumento o mestre de Casa Grande & Senzala, erraram os jesuítas, quando o dominou um critério, ora exclusivamente religioso, tentando fazer dos índios "uns dóceis e melíficos seminaristas"; ora principalmente econômico, ao usá-los, "para fins mercantis", procurando, como os colonos, enriquecer na indústria, ou no comércio às suas custas.

Muitos males, porém, mais terríveis, porque lhes ameaçava a própria vida, resultavam desse aprisionamento, como denuncia em seu **Os Jesuítas Grão-**

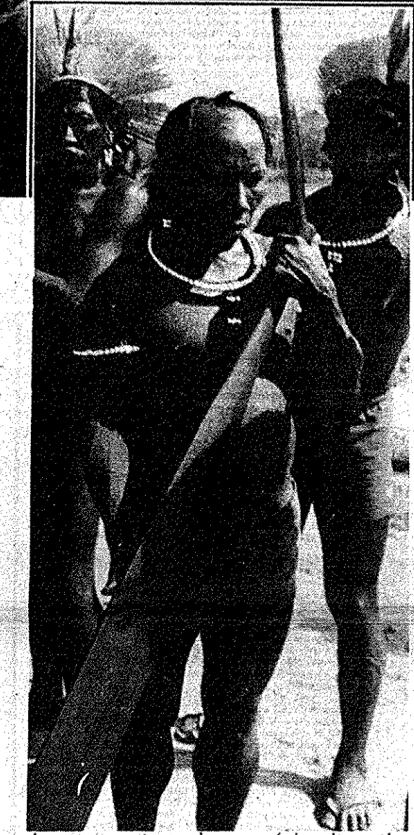
Pará, o sociólogo João Lúcio Azevedo: "Os maus tratos que recebiam eram outras tantas causas de moléstia e morte, não obstante a isso as leis repressivas repetidamente promulgadas. Dos tormentos a que os sujeitavam, basta lembrar que era corrente marcarem-se os cativos com ferro em brasa, para os distinguir dos forros, e também para serem reconhecidos pelos donos. Tal como se faz costumariamente com bois e cavalos".

No seu artigo, **São Paulo no Fim do Século XVI**, publicado pela Revista do Instituto Histórico de São Paulo, Teodoro Sampaio generaliza sobre a higiene e saúde dos índios escravizados: "Não eram sadios os escravos. A vida sedentária nas lavouras fazia-lhes mal, morrendo grande número de pleurises,

câmaras de sangue, afecções catarrais e de cobreiro, que se tomara terrível e mui frequente entre eles". Como então analisar o comportamento de uma raça, assim tão violentamente agredida, na sua alma e no seu corpo, se em quatro séculos, nada, ou quase nada mudou?

OS ESCRAVOS (2)

Enquanto o esforço exigido pelo senhor, do escravo índio, foi o de abater árvores, transportar os toros aos navios, buscar mantimentos, caçar, pescar, defender os senhores contra os inimigos selvagens e piratas estrangeiros, ou guiá-los na mata virgem, à procura de prata, de esmeraldas, ou de ouro, o índio foi o melhor dos escravos. Mas quando se tentou prendê-lo na senzala, afastá-lo do campo, dos rios, dos animais e transformá-lo num mero cor-



Armar-se contra os brancos: única alternativa

tador, ou plantador de cana, ou de café, ou de cacau, simplificando-lhe a vida selvagem, num trabalho, para ele, praticamente doméstico, então o índio finou-se. Gilberto Freyre diria: "O açúcar matou o índio".

Em virtude de tais processos, degenerativos e fatais, que resultavam em grande desperdício de gente, "talvez maior que na captura e transporte de africanos", como diz Gilberto Freyre, esvauiu-se a raça. Já desde fins do século

XVI, quando então se incrementou o tráfico negro para o Brasil, que se finavam os índios, destruindo-se, sendo destruídos. E eles que somavam 5 milhões em 1500, agora se reduzem a menos de 30 mil.

Do século XVI ao XIX, foram trazidos da África cerca de 3.500.000 negros. Em 1890, dois anos após a Abolição da escravatura (para o cativo africano), segundo o Censo, numa população calculada em 14.333.915 habitantes, ha-

via 2.097.426 negros, sendo registrados 5.934.291 mestiços, quase o mesmo número de brancos, que era de 6.302.198. Verificou-se assim que se houve uma queda de 1.402.574 negros, em relação aos aqui chegados em 300 anos, avantajou-se, quase se equiparando ao de brancos, o número de mestiços (mulatos), que traduziam, indiscutivelmente entre nós, a presença do negro.

Em quatro séculos, a raça indígena, praticamente extinguiu-se. E o que resta, além de reduzidos grupos mais bem situados e melhor assistidos pelos poderes públicos, como os do Xingó, limita-se a pequenas aldeias, pobres e desaperfeiçoadas, espalhadas pelo Interior do País. Isto apesar do interesse demonstrado nos últimos anos, como atualmente, pelos governantes.

"Várias razões contribuíram para a redução da população indígena, a começar pelas enfermidades, escravidão, mudança de qualidade de vida, miscigenação e extermínio deliberado", diz o **Jornal da Funai**, de 1/8/1986. Nós acrescentaríamos: falta de amor ao fraterno, pelo nosso povo.

O duro preço que custou ao índio, a colonização do Brasil, é uma gigantesca dívida em aberto, que nós ainda estamos para pagar. Proclamou-se a Abolição da escravatura. Do negro, Mas a do índio? Quem lhe dará de volta as suas terras? E os milhões de irmãos de sangue que ele perdeu? Urge uma nova Abolição das escravaturas. Ado índio. Mais que isso. Dos milhões que existiam, devemos, pelo menos, preservar os milhares que restam.

Maior, agora, é o mês das bodas

Cleide Alves

Maior deixou de ser o mês dos casamentos para ser o mês dos aniversários de casamento. Como acontecem, hoje em dia, poucos casamentos, maio passou a ser um mês onde são comemorados os antigos casamentos — época, pois, de bodas, de prata, de ouro, de diamante.

Antes muito preferido para a cerimônia, maio está perdendo terreno para dezembro e janeiro por um motivo simples, prático e característico da situação em que se encontra a maioria da população (crise, defasagem salarial, archoços): é no final do ano que os bolsos dos nubentes estão mais gordinhos, inclusive com o 13º salário.

Assim, às vezes, é preferível deixar um pouco o romantismo de lado, optar pela praticidade e unir o útil ao agradável, vez que é também no final do ano que muitas pessoas tiram férias. Vale salientar que o número de casamentos tem aumentado nos meses de junho e julho. Maio agora é só recordações para os casais que viveram a euforia do "mês das noivas"

e hoje comemoram as bodas.

A procura de igrejas para matrimônio neste período não foi grande e o número de enlaces realizados foram considerados normais. A Igreja do Espinheiro registrou seis casamentos, a da Harmonia, em Casa Amarela, até a última sexta-feira, tinha realizado dois e está com nove marcados, a de Nossa Senhora do Rosário, Torre, contou com 12 casamentos e a Paróquia de Casa Forte, 19. Todas são unânimes em considerar dezembro o escolhido pelas noivas.

A preferência, entretanto, esconde a dura realidade de se viver em um país em que tudo deve ser decidido pelo modo mais prático, em função de vários fatores, em especial o financeiro, que dita todas as normas. A crise econômica em que se encontra mergulhado o país muitas vezes afasta as pessoas do casamento.

A renda salarial da maioria das pessoas, hoje, somente permite que os noivos passem meses e meses para se "aprontar" e a compra de qualquer peça para a futura casa sendo esta a



Vestidos de noiva vendem cada vez menos. E o maior índice é, hoje, em dezembro

pior parte — implica dívidas e privações por um bom tempo. Sem contar no jogo de cintura e maratona que enfrentam para conseguir montar a casa completa. Muitos, porém, preferem casar com o essencial e depois, quando melhorar, ir comprando o que for necessário. E aí não sobra tempo para pensar em manter tradições.

CIVIL

No cartório de casamentos, apesar dos 274 já realizados, e 140 na expectativa, os números são considerados baixos. Dezembro lidera com 525 casamentos no ano passado. No terceiro cartório, onde já se realizaram 79, e está com 74 previstos para esta semana, os funcionários acreditam que maio já deixou de ser o mês das noivas. Em abril, por exemplo, foram feitos 180 matrimônios, disseram.

No primeiro cartório, que guarda em seus livros desde o dia 1º de janeiro, já foram realizados 79 matrimônios e aguarda mais 32. A tendência maior é para junho. Na 2ª Vara de Família foram processados 116 enlaces e tem mais 34 para esta semana. Muitos dos servidores acreditam que maio é para o ato religioso e dezembro para o civil. Contudo a reali-

dade comprova que matrimônio, na atual conjuntura, é quando o "bolso" permite, encaixando-se aí dezembro como o favorito. PRECOS

Outro fato que também contribui para afastar os noivos dos cartórios e igrejas é o preço cobrado para a cerimônia. No Fórum Paula Batista, onde se dá entrada nos papéis para o casamento civil, o preço é Cz\$ 1.200 e nas igrejas estão variando entre três e seis mil cruzados, só para o ato, sem contar com arranjos, decorações, etc.

As casas especializadas em artigos para noivas também sentem a diferença, pois as vendas têm caído muito, haja vista o preço de um vestido para a ocasião que está na faixa de 60 mil cruzados. Sem dúvida, maio não é mais o mês das noivas, mas os lojistas podem ficar sossegados. A tendência agora é transformá-lo no "mês das bodas" e os filhos certamente vão querer homenagear o aniversário de casamento dos pais, podendo até unir com o Dia das Mães, que também não mais movimentou o comércio.